

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 169/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 49.286/2023-46

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - CARGA SECA I

RECURSO ADMINISTRATIVO: NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA - RECEBIDA VIA E-MAIL.

A empresa **NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA**, proponente devidamente qualificada por intermédio de recurso administrativo, se rebela contra decisão que declarou a empresa **COSTA & SILVA COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA** habilitada para o (LOTE 011.1), nos termos da fundamentação inclusa aos autos (fls. 2549-2562).

Versam os autos do procedimento licitatório sob a modalidade “Pregão Eletrônico”, tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - CARGA SECA I

Após a publicação do Edital prosseguiram-se aos costumeiros trâmites. Realizada a sessão eletrônica, seguiram-se os procedimentos formais, com a etapa de lances concluída, a empresa arrematante que estava em conformidade com as exigências do edital, foi declarada habilitada e vencedora.

Registro que no momento oportuno foi aberto o prazo de 10 (dez) minutos para manifestação de interposição recursal para o **(LOTE 011.1)**, o qual não houve manifestação recursal.

TEMPESTIVIDADE

Fundamentada no subitem 8.47 do edital “Quando o recurso a ser apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão”, as razões apresentadas contra decisão que declarou a empresa **COSTA & SILVA COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA** habilitada e vencedora para o **(LOTE 011.1)**, não atendeu os requisitos de admissibilidade previstos no instrumento convocatório, uma vez que, não manifestou sua intenção de recorrer durante a sessão pública.

Sendo assim, as razões apresentadas pela empresa **NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA** não atendeu os requisitos de admissibilidade previstos no instrumento convocatório, uma vez que, não manifestou sua intenção de recorrer durante a sessão pública.

Porém, esta Pregoeira no uso de suas atribuições e para que não reste nenhuma dúvida quanto ao procedimento deste certame, as razões apresentadas serão analisadas devido ao direito de petição assegurado na alínea “a” do inciso XXXIV do Art. 5º da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:
a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

DA PEÇA

Em sua peça a licitante empresa **NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA**, contesta a decisão que declarou habilitada e vencedora a empresa **COSTA & SILVA COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA** requerendo que a mesma seja desclassificada e inabilitada para o referido (LOTE 011.1).

Expõe que:

1. BREVES CONSIDERAÇÕES AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PREVISTAS NO EDITAL

O artigo 69, inciso I da Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC), dispõe:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

[...]

O edital de licitação, quando trata dos documentos de qualificação econômico-financeira, entre suas exigências, determina:

9.4.1.3.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou do último exercício no caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- LG (Liquidez Geral) superior a 1,00

$$LG = \frac{AC \text{ (Ativo circulante)} + \text{Realizável a longo prazo}}{PC \text{ (Passivo circulante)} + PNC \text{ (Passivo não circulante)}}$$

- LC (Liquidez Corrente) superior a 1,00

$$LC = \frac{AC \text{ (Ativo Circulante)}}{PC \text{ (Passivo circulante)}}$$

- SG (Solvência Geral) superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{PC \text{ (Passivo circulante)} + PNC \text{ (Passivo não circulante)}}$$

Desta exigência, obtêm-se a seguinte interpretação:

BALANÇO PATRIMONIAL 2021
ÍNDICES FINANCEIROS 2021
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2021
DEMAIS DEMONSTRAÇÕES – variável conforme o porte da empresa
BALANÇO PATRIMONIAL 2022
ÍNDICES FINANCEIROS 2022
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2022
DEMAIS DEMONSTRAÇÕES – variável conforme o porte da empresa

Ademais, o Conselho Regional de Contabilidade – CRC também resume quais são as demonstrações obrigatórias (https://fiscalizacao.crcpr.org.br/obrigatoriedade_dc.html):

QUADRO RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS			
Demonstração Contábil	ME e EPP ITG 1000	PME's NBC TG 1000	Regra Geral
B.P.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória
D.R.A.	Facultativa	Obrigatória *1	Obrigatória
D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa *2	Facultativa
D.M.P.L.	Facultativa	Obrigatória *1	Obrigatória
D.F.C.	Facultativa	Obrigatória	Obrigatório
N.E.	Obrigatórias	Obrigatórias	Obrigatórias
D.V.A.	Facultativa	Facultativa	Obrigatória *3

Traçadas tais considerações acerca destas exigências, passa-se às Razões Recursais.

2. A NÃO OBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS ATINENTES À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PELA RECORRIDA

2.1. O BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DEMAIS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2021

A Recorrida não apresentou o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do exercício de 2021.

Conforme apontado anteriormente, tanto a Lei 14.133/21 quanto o edital de licitação, exigem a apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, TODOS os licitantes deveriam ter apresentado esses documentos relativos aos exercícios de 2021 e 2022.

Assim, considerando que a Recorrida não apresentou o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do exercício de 2021, deve ser inabilitada.

2.2. A AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS PARA O BALANÇO DE 2021.

Conforme já explicado anteriormente, as Notas Explicativas são documentos que, obrigatoriamente devem acompanhar as demonstrações contábeis obrigatórias, independentemente do porte da empresa.

Ocorre que, a Recorrida não apresentou as Notas Explicativas de nenhum exercício social, motivo pelo qual, deve ser inabilitada.

Por fim, requer:

3. REQUERIMENTO

Diante dos fatos e fundamentos expostos, pede, e espera, que sejam ACOLHIDOS os pedidos e argumentos expostos nestas Razões de Recurso Administrativo, reconhecendo que não houve atendimento das exigências do edital da empresa licitante COSTA & SILVA COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA, vencedora no item 011.1, devendo ser inabilitada.

DAS CONTRARRAZÕES

A empresa **COSTA & SILVA COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA** não manifestou suas contrarrazões sobre o recurso interposto.

DO MÉRITO

Inicialmente, importante frisar que nas compras e contratações públicas devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, competitividade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, proporcionalidade e aos que lhes são correlatos, todos observados na legislação vigente.

A recorrente argumenta que a vencedora do certame deveria ter sido inabilitada por não atender a todos os requisitos de habilitação e pauta sua peça em **dois** pontos principais, sejam eles: *1. A AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS PARA O BALANÇO DE 2022 E 2. O BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DEMAIS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2021.*

Apresentados os pontos constantes das peças, passo a analisar:

Relativo à questão de Qualificação Econômico-Financeira, para substantiar a decisão é necessário pontuar como é compreendido o tema quando se trata de compras públicas. Para o renomado doutrinador Marçal Justen Filho, o conceito de qualificação econômico-financeira é claro:

“A qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação, tomando em vista as bens e direitos de sua titularidade, as obrigações contraídas e as receitas a serem realizadas no futuro”.

Portanto, a qualificação econômico-financeira objetiva verificação da capacidade econômica do particular, de forma que fique resguardada a existência de condições suficientes e compatíveis para a execução contratual.

1. A AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS PARA O BALANÇO DE 2022.

Sabemos que só podem ser fixadas exigências econômicas indispensáveis para a garantia do cumprimento das obrigações. Cada certame pode exigir ou até mesmo reduzir a apresentação de requisitos, conforme preconiza do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal:

“Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Porém, isso não significa que nada se deva exigir quando necessário para o resguardo do pleno atendimento do interesse público, mas sim que sejam avaliadas as melhores exigências, para de forma proporcional, garantir segurança de que o vencedor da licitação conseguirá entregar ou executar o objeto da licitação.

O Balanço Patrimonial é um documento que demonstra a situação da empresa, de forma a evidenciar seu quadro financeiro. Bem como, os índices econômicos, números estes extraídos do Balanço Patrimonial, os quais destinam-se exclusivamente à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato.

Ainda no tocante às licitações, a Demonstração de Resultado de Exercício, destina-se a verificação do enquadramento legal da empresa, especialmente em relação à Lei nº. 123/2006.

Portanto, o objetivo principal de exigir o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício é basicamente resguardar a Administração Pública, evitando empresas aventureiras e sem qualquer responsabilidade ou lastro financeiro, possam vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentar capacidade para concluir o objeto da obrigação.

Nessa senda, entende-se que para os procedimentos de contratação pública não há necessidade de se exigir demonstrações contábeis diversas da Demonstração de Resultado de Exercício – DRE e do Balanço Patrimonial, portanto, as documentações apresentadas pela empresa atendem as exigências do edital.

Ademais, sem desconsiderar a legislação contábil, é necessário que nos processos de aquisições e contratações públicas sejam observadas as disposições que se aplicam efetivamente aos objetivos que se pretendem alcançar. Dessa forma, as outras demonstrações contábeis referentes a regulamentação não têm aplicabilidade prática para serem exigidas como requisitos de habilitação, uma vez que não possuem em si, nenhuma informação a ser considerada como parte da qualificação econômico-financeira para a licitação.

Diante disso, não se faz necessária a exigência de outras demonstrações contábeis para fins de habilitação além dos já mencionados e exigidos no instrumento convocatório, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e os índices contábeis, considerando que apenas estes são aplicáveis para verificação de qualificação econômico-financeira.

Sendo assim, verifica-se que a empresa **COSTA & SILVA COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA** atendeu de forma satisfatória a exigência do subitem 9.4.1.3.2 do Anexo III do edital, através da apresentação dos documentos (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e Índices Contábeis), não cabendo o acolhimento das razões da recorrente.

2. O BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DEMAIS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2021

Neste ponto, em linhas gerais, a recorrente questiona que a *“recorrida não apresentou o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do exercício de 2021”*

Conforme as exigências dos subitens 7.2.1.1 e 7.2.1.2 do edital:

“Na hipótese de a licitante optar por não utilizar o Certificado de Registro Cadastral como instrumento substitutivo dos documentos de habilitação nos termos acima mencionados, deverá enviá-los,

*em formato digital, no campo próprio do sistema (anexos da habilitação), no prazo de até **1 (uma) hora**, contado da solicitação, podendo este prazo ser prorrogado a critério do pregoeiro”.*

“Igualmente, os documentos de habilitação que não estiverem contemplados pelo Certificado de Registro Cadastral, bem como as declarações mencionadas no subitem 7.1.2 deverão ser enviados, na forma e prazo acima descritos”.

Diante ao exposto, por um equívoco desta Pregoeira, a mesma deixou de solicitar a documentação exigida no subitem 9.4.1.3.2 do Anexo III do edital:

“Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou do último exercício no caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas.”

E sabemos que a omissão não pode prejudicar o particular, uma vez que podemos realizar diligências para dar oportunidade ao particular de apresentar documentos pré-existentes.

Sendo assim, com vistas a garantir que o certame ocorra de forma eficiente, objetiva e transparente, esta Pregoeira agendou uma sessão de continuidade para o dia 13.12.2023 às 08h30min para solicitar o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e Índices Contábeis do ano de 2021 para a empresa **COSTA & SILVA COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA.**

A empresa encaminhou os documentos (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e Índices Contábeis do ano de 2021 - fls. 2741-2746) e após as análises verificou-se que a empresa **COSTA & SILVA COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA** atendeu de forma satisfatória a exigência do subitem 9.4.1.3.2 do Anexo III do edital.

DECISÃO

Destarte, esta pregoeira, amparada na fundamentação acima dita, **mantém e ratifica a decisão** que declarou habilitada e vencedora a empresa **COSTA & SILVA COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA** em consequência da diligência realizada e **nega provimento** as razões apresentadas pela licitante **NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA** nos termos registrados acima.

Sendo assim, remetam-se os autos à Superintendência Jurídica para emissão de Parecer e faz subir esta peça, devidamente informando a Autoridade Competente, para final decisão, na forma do disposto no § 2º do artigo 165 da Lei nº. 14.133/21.

Campo Grande - MS, 31 de janeiro de 2024.

Yonara Tavares Nepomuceno

Pregoeira

Coordenadoria de Processamento das Licitações - COPROL
Superintendência de Licitações e Compras Diretas - SUPLIC/SECOMP